

CARLOS EDUARDO VIEIRA NUNES  
CRISTIANO CIPRIANO SOUZA

**A EXPERIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA FORÇA-TAREFA  
MARÍTIMA DA UNIFIL: UMA ABORDAGEM SOBRE A POTENCIAL  
CONTRIBUIÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DO ATLÂNTICO SUL COMO ZONA  
DE PAZ E COOPERAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola Superior de Defesa, como exigência  
parcial para obtenção do título de Especialista  
em Altos Estudos em Defesa.

Orientador: Cel (EB) R1 Fernando César  
Hernandes

Brasília  
2021

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA (ESD). É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a devida referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do(s) autor(es) e não expressam qualquer orientação institucional da ESD.



CARLOS EDUARDO VIEIRA NUNES  
Id Nr 547.118-4



CRISTIANO CIPRIANO SOUZA  
Id Nr 514.001-3

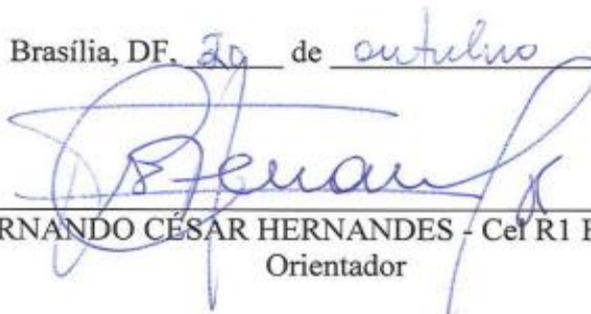
**CARLOS EDUARDO VIERIA NUNES  
CRISTIANO CIPRIANO SOUZA**

**A EXPERIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA FORÇA-TAREFA  
MARÍTIMA DA UNIFIL: UMA ABORDAGEM SOBRE A POTENCIAL  
CONTRIBUIÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DO ATLÂNTICO SUL COMO  
ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola Superior de Defesa,  
como exigência parcial para obtenção do  
título de Especialista em Altos Estudos  
em Defesa.

Trabalho de Conclusão de Curso **APROVADO:**

Brasília, DF, 20 de outubro de 2021

  
FERNANDO CÉSAR HERNANDES - Cel R1 EB (ESD)  
Orientador

  
VIVIANE MACHADO CAMINHA - Profª. Drª. (ESD)  
Membro 1

  
SÉRVIO CORRÊA DA ROCHA JÚNIOR - CMG FN R1 (ESD)  
Membro 2

# A experiência da participação brasileira na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL: uma abordagem sobre a potencial contribuição para a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação

Carlos Eduardo Vieira Nunes<sup>1a</sup>  
Cristiano Cipriano Souza<sup>2a</sup>

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo descrever como a experiência da participação brasileira na Força-Tarefa Marítima (FTM) da United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) pode, potencialmente, contribuir para a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação. A metodologia empregada focou na utilização de técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e normativa, visando a buscar referenciais teóricos e situações hodiernas, que possibilitaram o devido amparo ao estudo. Como principais resultados, puderam-se constatar as capacidades desenvolvidas pela Marinha, em razão da participação brasileira nessa missão; a pertinência da aplicação dessas capacidades no cenário atual e complexo do Atlântico Sul, importante região do entorno estratégico brasileiro; e a Marinha do Brasil como um instrumento capaz de influenciar os assuntos relativos a esse ambiente marítimo, o qual revela um campo fértil para ações do Estado brasileiro, nas áreas de segurança marítima e cooperação naval. Percebe-se, ainda, na conclusão, que, com o encerramento da participação brasileira na FTM da UNIFIL, descortina-se a possibilidade de inauguração de um novo marco de atuação para a Marinha, no Atlântico Sul, porção relevante do entorno estratégico do País, com um maior preparo e incontestável credibilidade junto à comunidade internacional, ensejando um emprego ainda melhor, nessa que seria, em uma visão prospectiva, uma próxima singradura para o Brasil.

**Palavras-Chave:** UNIFIL. Força-Tarefa Marítima. Atlântico Sul. Marinha do Brasil.

*The brazilian experience in the UNIFIL Maritime Task Force: an approach of the potential contribution to the maintenance of the South Atlantic as a zone of peace and cooperation*

## ABSTRACT

This work aimed at describing how the experience of the Brazilian accomplishments in the Maritime Task Force (MTF) of the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) can potentially contribute to the maintenance of the South Atlantic as a zone of peace and cooperation. The employed methodology focused on the use of bibliographic, documentary and normative research techniques, in order to seek theoretical references and ongoing situations, which properly supported this study. As most important results, it was possible to verify the capabilities developed by the Brazilian Navy, due to its participation in this overseas mission; the relevance of applying these capabilities in the current and complex scenario of the South Atlantic, the fact of being an important region in the Brazilian strategic

---

<sup>1</sup> Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval da Marinha do Brasil, Coordenador da Chefia de Inteligência de Defesa, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa. Foi Oficial de Inteligência da FTM da UNIFIL, em 2016.

<sup>2</sup> Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval da Marinha do Brasil, Assessor Militar do Gabinete do Ministro de Estado da Defesa.

<sup>a</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) da Escola Superior de Defesa (ESD), 2021.

environment; and having the Brazilian Navy as an instrument capable of exerting influence on matters relating to this maritime environment, which reveals a fruitful field for actions by the Brazilian State, in areas of maritime security and naval cooperation. In the conclusion, it can also be perceived that, with the closure of the Brazilian participation in the UNIFIL MTF, a new action mark for the Navy in the South Atlantic is very possible to take place. It should be emphasized the relevance of this area concerning the strategic environment of the country, adding the improved preparedness and undisputed credibility of the Brazilian Navy within the international community, giving rise to an even better performance in what would be, in a prospective vision, the next waters in which Brazil may navigate.

**Keywords:** UNIFIL. Maritime Task Force. South Atlantic. Brazilian Navy.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a experiência da participação brasileira em operações de paz de caráter naval, fruto de sua relevante atuação na Força-Tarefa Marítima (FTM) da *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), como potencial contribuição para a manutenção do Atlântico Sul<sup>3</sup> como zona de paz e cooperação.

O Brasil inaugurou suas participações em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, após a criação do Comitê Especial das Nações Unidas para os Bálcãs, estabelecida na Grécia entre novembro de 1947 e dezembro de 1951. Ao todo, contabilizando as missões políticas, foram 51 participações brasileiras em missões sob a égide da ONU, com a atuação de mais de 57.000 brasileiros.

Na UNIFIL, a participação brasileira só teve início em 2011. Não obstante, essa atuação guardou um expressivo ineditismo, pois a ONU atribuiu ao Brasil o comando de sua FTM, no Líbano, a qual se constitui o primeiro e, até agora, único exemplo de forças navais colocadas sob a bandeira da ONU, como parte integrante de uma operação de manutenção da paz. Tal cargo foi exercido por um Contra-Almirante. Militares brasileiros também ocuparam diversas funções, integrando o Estado-Maior da FTM e o do Comandante do Componente Militar<sup>4</sup> da UNIFIL. No final de 2020, o Brasil encerrou sua participação na FTM da UNIFIL. Até aquela ocasião, a FTM era formada por navios e meios aeronavais de diferentes nações, além do Brasil, a saber: Alemanha, Bangladesh, Grécia, Indonésia e Turquia. Cabe destacar que o Brasil foi o único país não pertencente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que exerceu o comando de uma força-tarefa no mar em uma missão da ONU. Os nove anos e onze meses exercendo seu papel em tal missão sob a égide da ONU trouxeram, inegavelmente, um legado

---

<sup>3</sup> É a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (BRASIL, 2016a).

<sup>4</sup> O Comandante do Componente Militar da operação de paz é o *Force Commander* (UNITED NATIONS, 2021).

de visibilidade e experiência em operações de paz de caráter naval. Nesse período, o país contribuiu com dezoito navios e helicópteros em diferentes ocasiões, em sistema de rodízio dos meios existentes; e, no que tange a efetivos, foram mais de 4.000 militares (BRASIL, 2019).

No momento em que avulta a importância e cresce a atenção sobre as temáticas relacionadas ao Atlântico Sul, como a situação do Golfo da Guiné, torna-se importante refletir quanto à potencial contribuição brasileira para a manutenção dessa região, tão relevante e pertencente ao entorno estratégico brasileiro<sup>5</sup>, como zona de paz e cooperação. Nesse sentido, a cooperação naval e a segurança marítima revelam-se um campo fértil a ser explorado pelo Brasil no que tange ao Atlântico Sul.

O assunto relaciona-se com a temática dos atuais estudos no campo da Defesa e alinha-se à importância que deve ser dada à compreensão das transformações nas esferas dos estudos de Segurança, no âmbito nacional e internacional, com as respectivas ações assertivas para o alcance dos efeitos desejados que, em linhas gerais, são orientados à manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação. Ressalte-se que a Política Nacional de Defesa (PND) enfatiza a relevância estratégica do Atlântico Sul, respaldando a natural vocação marítima do Brasil pelo seu vasto litoral e seu expressivo comércio exterior (BRASIL, 2016c). Situações diversas, mormente ligadas à questão de securitização, podem acarretar uma eventual militarização do Atlântico Sul e evidenciam o posicionamento brasileiro de buscar a sua consolidação como zona de paz e cooperação, a fim de evitar a influência de interesses ilegítimos.

Nesse diapasão, verifica-se que, desde o final da Guerra Fria, o emprego de forças navais tornou-se cada vez mais importante no que concerne aos esforços para a gestão de conflitos e a manutenção da paz, uma expressiva mudança cujo exemplo clássico é a FTM estabelecida na estrutura da UNIFIL, na qual o Brasil atuou com considerável protagonismo, por quase uma década. Ante todo o exposto, percebe-se a relevância de se buscar apresentar as potencialidades que podem ser exploradas, em razão da experiência obtida com o emprego de uma força naval em operações de paz, em cumprimento ao seu mandato, enfatizando-se, nesse caso, primordialmente, o papel desempenhado pelo Brasil na FTM da UNIFIL, mostrando como tais capacidades adquiridas podem impulsionar a projeção do País na paz, cooperação e segurança internacionais, com foco no cenário do Atlântico Sul, porção abrangida no seu entorno estratégico.

---

<sup>5</sup> Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (BRASIL, 2016a).

Em uma visão prospectiva, torna-se importante realizar uma abordagem sobre como poderia ser utilizada a experiência brasileira em operações de paz de caráter naval, adquirida por ocasião da participação do Brasil na FTM da UNIFIL, em prol da cooperação naval e segurança marítima no Atlântico Sul. Avalia-se que tal contribuição pode-se tornar muito relevante para preencher uma perceptível lacuna existente na literatura sobre o assunto, o qual tem poucos títulos atualizados dedicados ao tema.

Fazendo-se um panorama em torno do assunto e alicerçando-o de maneira argumentativa, as questões centrais serão orientadas a como explorar as relevantes experiências obtidas, durante o período de participação do Brasil na FTM da UNIFIL, em atendimento às potenciais oportunidades que se descortinam na área de cooperação naval e aos desafios cogentes para a segurança marítima, na região do Atlântico Sul.

As operações de paz são, historicamente, uma matéria muito importante para estudos orientados às relações internacionais, à segurança internacional e à paz mundial. No entanto, em que pese a considerável atenção dada ao emprego de forças navais multinacionais em operações de interesse, durante as últimas décadas, o conhecimento sobre o potencial dessas forças em tais operações ainda não está significativamente difundido. E, nesse contexto, acrescenta-se que pouco se fala na aplicação da valiosa experiência alcançada por países que empregaram suas forças em operações de paz de caráter naval em outras situações de interesse alinhadas com o tema.

Diante do exposto, a discussão do assunto volta-se à seguinte questão: como a experiência da participação do Brasil na FTM da UNIFIL poderia contribuir para a cooperação naval e segurança marítima no Atlântico Sul, no contexto do entorno estratégico brasileiro? No escopo de responder à problemática, serão discutidas as capacidades obtidas pelo Brasil durante sua atuação em operações de paz de caráter naval no Líbano e como as mesmas podem ser úteis para a manutenção de um ambiente de paz, cooperação e segurança no Atlântico Sul, sob a ótica dos documentos oficiais que orientam a segurança e defesa no País e em função da conjuntura atual nessa importante região do seu entorno estratégico.

Destarte, a presente abordagem tem como objetivo descrever como a experiência da participação brasileira na FTM da UNIFIL pode, potencialmente, contribuir para a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação. Para tanto, serão apresentados conceitos sobre operações de paz de caráter naval, abordando um breve histórico da participação brasileira na FTM da UNIFIL e o papel desempenhado pelo Brasil ao atuar nessa missão sob a égide da ONU. Na sequência, vai se buscar a identificação de oportunidades que podem ser exploradas para incrementar a cooperação naval no Atlântico Sul, apontando,

também, os atuais desafios e problemas que afetam a segurança marítima nessa complexa região marítima. Em continuidade, a abordagem vai procurar descrever as capacidades desenvolvidas pelo Brasil ao atuar em operações de paz de caráter naval que podem ser usadas no incremento da segurança marítima e desenvolvimento da cooperação naval no Atlântico Sul. E, por fim, serão apresentadas considerações no intuito de demonstrar a relevância da experiência da participação brasileira na FTM da UNIFIL, para a cooperação naval e segurança marítima no Atlântico Sul, à luz da PND e Estratégia Nacional de Defesa (END).

## **2 O BRASIL E AS OPERAÇÕES DE PAZ DE CARÁTER NAVAL**

A Operação de Paz de Caráter Naval é uma operação militar na qual o Poder Naval é normalmente empregado em Operações e Ações de Guerra Naval ou em Operações Militares em Tempo de Paz, aqui enquadradas as atribuições subsidiárias cabíveis, sob a égide de organizações internacionais (BRASIL, 2010).

A participação de uma Força Naval, composta por meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, inserida no contexto de uma Força Multinacional operando sob a égide de organismos internacionais, é uma das formas de emprego do poder naval fora das fronteiras nacionais, em tempo de paz.

Como membro fundador da ONU, o Brasil tem tido papel expressivo nas operações de paz ao redor do mundo. Em mais de setenta anos, cerca de 46 mil civis e militares brasileiros foram desdobrados sob a bandeira das Nações Unidas. O País esteve presente em 41 das 72 operações desdobradas. Tropas brasileiras labutaram pela paz no Suez, em Moçambique, Angola, Timor Leste e, mais recentemente, no Haiti e na FTM da UNIFIL, o que reitera o compromisso brasileiro com a ONU (HUPALO, 2021).

Desde o final dos anos 1940, a ONU, criada em 1945, tem empregado forças militares, voluntariamente concedidas por seus países-membros, para ajudar em esforços na gestão e resolução de conflitos, nas operações de paz. Essas operações foram realizadas, principalmente, por tropas terrestres, com as forças marítimas desempenhando função coadjuvante. No entanto, com o fim da Guerra Fria e a mudança da natureza de conflitos armados em todo o mundo (com a diminuição dos clássicos conflitos internacionais, interestatais, e o concomitante aumento de conflitos internos, intraestatais), esse cenário modificou-se e as forças navais tornaram-se mais relevantes para a manutenção da paz e gestão de conflitos. O claro exemplo disso foi o estabelecimento da FTM como importante

parcela integrante da UNIFIL. Inicialmente, a FTM era amplamente europeia, comandada e composta pelas forças armadas de países do continente europeu. No entanto, a partir de 2010, os europeus reduziram suas forças, abrindo espaços que foram, naturalmente, preenchidos por países emergentes, entre eles o Brasil, que assumiu o comando da FTM em 2011.

Em 1978, por meio das resoluções 425 e 426, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) criou a UNIFIL, a pedido do Governo do Líbano, com o propósito de confirmar a retirada das tropas israelenses do sul do território libanês, restaurar a paz internacional e a segurança, além de auxiliar aquele governo na restauração de sua autoridade efetiva na área (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 1978).

Em 2006, novamente em atendimento à solicitação do Governo do Líbano, o CSNU decidiu criar, sob o mandato da Resolução 1701, a FTM da UNIFIL, com o propósito de auxiliar o aquele governo a exercer o controle das águas territoriais, proteger a costa libanesa e evitar o ingresso ilegal de armas ou materiais não autorizados no Líbano (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2006).

A FTM da UNIFIL é a primeira força tarefa de caráter naval a compor uma missão de manutenção de paz da ONU. A sua criação foi um marco histórico que fez com que Israel suspendesse o bloqueio naval imposto ao Líbano.

Durante cinco anos, a FTM teve quatro países revezando-se no Comando: Alemanha (por duas vezes), Itália (por três vezes), França e Bélgica. Em 2011, o Comando da FTM foi assumido pelo Brasil que liderou, de forma ininterrupta, até passar o Comando para a Alemanha, em janeiro de 2021. (UNITED NATIONS, 2021).

A Marinha do Brasil (MB), durante o período que atuou no Comando da FTM, manteve, além de militares no Estado-Maior da Força, um navio e um helicóptero orgânico no litoral libanês, com os objetivos de contribuir com a Marinha daquele país no patrulhamento e no monitoramento do seu mar territorial, por meio de operações de interdição marítima, prevenindo a entrada não autorizada de armas e materiais relacionados, por via marítima, no seu território; e no adestramento, de modo a construir capacidades navais para conduzir, de forma autônoma, as suas tarefas de segurança marítima em suas águas jurisdicionais. Realizou, ainda, duas tarefas adicionais: a vigilância aérea sobre territórios marítimos e terrestres em apoio às autoridades libanesas; e operações de busca e salvamento em estreita coordenação com a Marinha do Líbano.

Esses, aproximadamente, dez anos à frente da FTM proporcionaram aos efetivos da MB participar de uma operação de paz da ONU de caráter naval, com múltiplas nacionalidades, compondo um distinto grupo de mantenedores da paz. A possibilidade de atuar com outras

Marinhas, permitiu expressivo incremento à capacitação dos militares da MB em operações multinacionais, principalmente, nas áreas de comunicações, inteligência, operações aéreas e navais, logística e comando e controle. O período longo e ininterrupto no comando da FTM demonstra a confiança e o reconhecimento da qualidade do trabalho e da capacidade das Forças Armadas brasileiras.

Para participar dessa operação, a MB mobilizava, praticamente, dois navios. Enquanto um atuava efetivamente na FTM, um outro, com toda a sua tripulação, organizava-se para a operação seguinte. Eram realizados diversos adestramentos e preparação dos meios. Havia um grande esforço de diversas Organizações Militares para o apoio logístico ao navio na área de operações, no que tange à reposição de sobressalentes necessários para manter a prontificação do material e o desempenho do navio durante toda a missão.

A missão exigiu das tripulações e do navio diversas capacidades, como por exemplo de Comando e Controle, a fim de cumprir com sucesso a função de navio capitânia da FTM, coordenando os demais meios navais da FTM, de forma a atuar em todos os corredores de acesso aos portos libaneses. Especificamente no ano de 2020, mais do que nos contingentes anteriores, o setor de Saúde, devido à pandemia de Covid-19, foi mais demandado com ações para mitigar possíveis contágios do vírus e eventual desgaste psicológico da tripulação, por causa das restrições de licença e da quarentena.

A liderança da MB à frente da FTM, durante quase dez anos, proporcionou preciosa experiência operacional aos militares dos sucessivos contingentes brasileiros. Permitiu, ainda, constatar o excelente trabalho realizado pelos setores do Ministério da Defesa (MD), principalmente, pela Subchefia de Operações de Paz, e da MB envolvidos no preparo e no apoio aos meios empregados na operação.

Ainda nesse contexto, a atuação no comando da FTM, proporcionou à MB demonstrar a capacidade brasileira de liderança e coordenação, além de incorporar novos conhecimentos logísticos e operacionais.

O Brasil teve um papel importante com sua participação na FTM da UNIFIL, tendo sido tal missão um relevante marco de atuação em operações de paz de caráter naval. Foram, aproximadamente, dez anos atuando no exercício de suas tarefas, orientadas ao preparo e capacitação da Marinha libanesa e à fiscalização das suas águas territoriais. Constata-se, em relação a tais operações, uma tendência do aumento de sua importância no cenário mundial. Isso se deve, entre outras questões, à grande concentração das populações em regiões litorâneas, bem como à dependência do uso de rotas de navegação, dentro do conceito de linhas de comunicação marítima. Assim, tais fatores somam-se à crescente incidência de

problemas relacionados às novas ameaças à ordem mundial, podendo-se citar, por exemplo, a pirataria e outros crimes correlatos, que ocorrem no ambiente marítimo. Em razão disso, cresce a importância de os países contarem com marinhas capacitadas e bem equipadas, que estejam em condições de contribuir caso sejam requisitadas.

### 3 UM PANORAMA ATUAL DO ATLÂNTICO SUL

Ao se prosseguir com a abordagem, torna-se importante frisar, inicialmente, que o Atlântico Sul, como ambiente marítimo, é um espaço tridimensional, devendo em relação a ele ser considerados todos os aspectos atinentes ao amplo espectro oceânico – acima d'água, na superfície, abaixo d'água, adjacentes e limítrofes (BRASIL, 2017a). Com esse entendimento, o presente seguimento do trabalho avança para um olhar mais abrangente sobre o Oceano Atlântico Sul, que ainda é caracterizado como o menos conhecido dos oceanos, fator que reforça a atenção geopolítica e a necessidade do desenvolvimento de iniciativas relacionadas ao seu espaço.

Figura 1 - O Atlântico Sul e o Entorno Estratégico Brasileiro.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de MESQUITA, 2017.

De acordo com Costa (2021), há cerca de oitenta anos, Mário Travassos, um dos grandes nomes da geopolítica brasileira, participou da elaboração e defesa das bases para a projeção continental do Brasil, que seria concretizada a partir da década de noventa, com o início do processo de integração regional dos países da América do Sul, sob a liderança brasileira. Agora, já iniciado o século XXI, um novo cenário descortina-se para o Brasil, sendo, dessa vez, marítimo, com sua escala voltada ao Atlântico Sul.

Ainda que traços importantes da identidade nacional brasileira sejam marcados pela longa história de interação do país com o oceano Atlântico, foi a partir dos anos setenta que teve início, de fato, a mudança dos rumos, quando aspectos significativos voltados ao desenvolvimento do Estado apontaram a direção do mar.

Até a abertura dos canais de Suez (1869) e do Panamá (1914), o Atlântico Sul foi uma rota marítima obrigatória para os oceanos Índico e Pacífico. Concentrava o fluxo comercial do tráfego marítimo ocidental no Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico Norte. O Atlântico Sul permaneceu como “o mais pacífico dos oceanos”, durante o Século XX, a despeito de algumas ações isoladas de superfície, nas duas grandes guerras mundiais, bem como da campanha submarina do Eixo, na 2ª Guerra Mundial.

O valor do Atlântico Sul, inclusive como rota alternativa a gargalos logísticos como o Canal do Panamá e o de Suez, evidenciou-se com o incidente envolvendo, um navio de transporte de contêineres de cerca de quatrocentos metros de comprimento – o Ever Given – que encalhou no Canal de Suez, no Egito, em março de 2021, obstruindo uma via de transporte marítimo vital entre a Ásia e a Europa. A interrupção do tráfego de navios pelo canal trouxe novos problemas ao comércio mundial. O Canal de Suez – considerado um dos quatro maiores gargalos ao tráfego marítimo mundial, juntamente com o Canal do Panamá, Estreito de Ormuz e de Málaca – conecta o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho e evita que os navios tenham que passar pelo Cabo da Boa Esperança, na África do Sul. A passagem aquática artificial economiza cerca de 8,9 mil quilômetros da viagem marítima. O canal também é considerado vulnerável a instabilidades políticas no Oriente Médio, especialmente no Egito. Um outro gargalo relacionado ao Atlântico Sul trata-se do Canal do Panamá que, com oitenta quilômetros de extensão, atravessa a parte mais estreita do país americano e conecta os oceanos Pacífico e Atlântico. Considerada uma das rotas mais congestionadas do transporte marítimo, por onde passam cerca de 5% do comércio mundial, em 2016, teve inaugurada uma expansão que custou US\$ 5,4 bilhões e triplicou o tamanho máximo dos navios que podem atravessar o canal. Com isso, agora, quase a totalidade das embarcações em todo o mundo podem utilizar o canal, evitando o Cabo Horn, no extremo meridional da

América do Sul. Apesar de o canal não estar vulnerável aos mesmos riscos geopolíticos de outros gargalos, condições climáticas adversas podem afetar e atrasar o tráfego de navios, como o dos porta-contêineres que partem do Golfo do México (MARTIN, 2021).

O Atlântico Sul voltou a ganhar certa importância na época dos superpetroleiros, durante os anos setenta do século passado, em função da primeira crise do petróleo e da interrupção temporária do tráfego de navios pelo Canal de Suez. Entre abril e junho de 1982, tornou-se cenário de um conflito armado entre Argentina e Reino Unido, pela posse das ilhas Malvinas (Falkland). O longo isolamento geopolítico desse oceano vem dando sinais de estar terminando. O incremento da produção petrolífera das reservas localizadas nas bacias sedimentares dos litorais da América do Sul e da África Ocidental também tende a aumentar o valor estratégico do Atlântico Sul.

Nesse contexto, vale salientar o bom desempenho do comércio exterior, cujas exportações totais do Brasil avançaram 60,8% no comparativo anual, alcançando um recorde de US\$ 28,1 bilhões em junho de 2021, com pauta de produtos concentrada nas *commodities*, mas da qual também constam itens de alto valor agregado, entre os quais aeronaves, maquinário e veículos automotores. Cabendo, ainda, mencionar a crescente produção na área de hidrocarbonetos, com amplos investimentos em petróleo e gás, provenientes das bacias e campos do pré-sal. Cerca de 90% desses fluxos comerciais são realizados por meio de transporte marítimo, destacando-se o vigoroso crescimento do tráfego nas rotas oceânicas, ligando o país, a partir do Atlântico Sul, aos mercados emergentes asiáticos, especialmente, a China. Fruto desse novo quadro, advêm alguns principais reflexos como a ampliação da escala, a diversificação do destino final dos produtos, da tecnologia e da própria cultura brasileira no exterior, além da maior visibilidade e fortalecimento da posição do país no cenário internacional, nos organismos de governança global e nos temas mais relevantes na esfera mundial. A indústria brasileira da construção e reparação naval e *offshore* também vem sendo impulsionada, ganhando novo fôlego.

A visão atual do fluxo marítimo mundial também revela um adensamento do tráfego na região do Atlântico Sul. Nesse sentido, essa nova escala dos fluxos marítimos tem gerado vários impactos, entre os quais aqueles evidenciados nas regiões litorâneas e na rede portuária em particular. O Brasil apresenta uma enorme vantagem comparativa no que tange à disponibilidade de sítios portuários naturais, contando com mais de uma dezena deles distribuídos ao longo de seus cerca de 7.500 quilômetros de litoral em praticamente todos os seus estados costeiros. Além disso, amplos investimentos têm sido feitos na infraestrutura de transporte rodoviário e ferroviário no sentido de interligar esses modais ao marítimo.

Em uma perspectiva de estratégia nacional, o avanço da projeção continental para a marítima foi consequência de uma bem-sucedida política externa do país, que nas últimas décadas perseguiu, com empenho, objetivos que visaram a assegurar interesses e direitos no espaço marítimo do Atlântico Sul, pertencente ao entorno estratégico brasileiro.

Outro ponto a mencionar no contexto estratégico do Atlântico Sul são os sistemas de cabos submarinos que, desde a sua criação, em 1850, evoluíram em sua importância na comunicação mundial. Em 1995, passaram a dividir igualmente a responsabilidade da comunicação global com os sistemas de satélites. Atualmente, essa proporção está em 99% em cabos submarinos e 1% em satélites. O primeiro cabo submarino a atravessar o Atlântico Sul foi o *South Atlantic Cable System* (SACS), lançado em 2018, ligando Fortaleza a cidade de Sangano, em Angola, conforme informações da base de dados *TeleGeography* (2021). Os cabos submarinos apresentam como desvantagem os custos de fabricação, instalação e manutenção, pois exigem empresas extremamente especializadas que avaliam o relevo oceânico. Todavia, são meios de comunicação e transferência de dados de grande relevância, pois oferecem velocidade de transmissão elevada e confiabilidade altíssima (LOPES, 2021).

Segundo Lopes (2021), havia aproximadamente 406 cabos submarinos em serviço em todo o mundo, no início de 2020. Um levantamento mais atual aponta um total de 437 sistemas, sendo dezesseis deles no Brasil, dos quais quatorze conectam o país ao restante do mundo, partindo da borda brasileira do Atlântico Sul. Tais cabos são projetados para uma vida útil de 25 anos, podendo permanecer operacionais por mais tempo, mas, geralmente, sendo aposentados mais cedo por obsolescência. A importância dos cabos submarinos, aliada a suas características de operação e instalação, envolve esses ativos em situações potencialmente conflituosas.

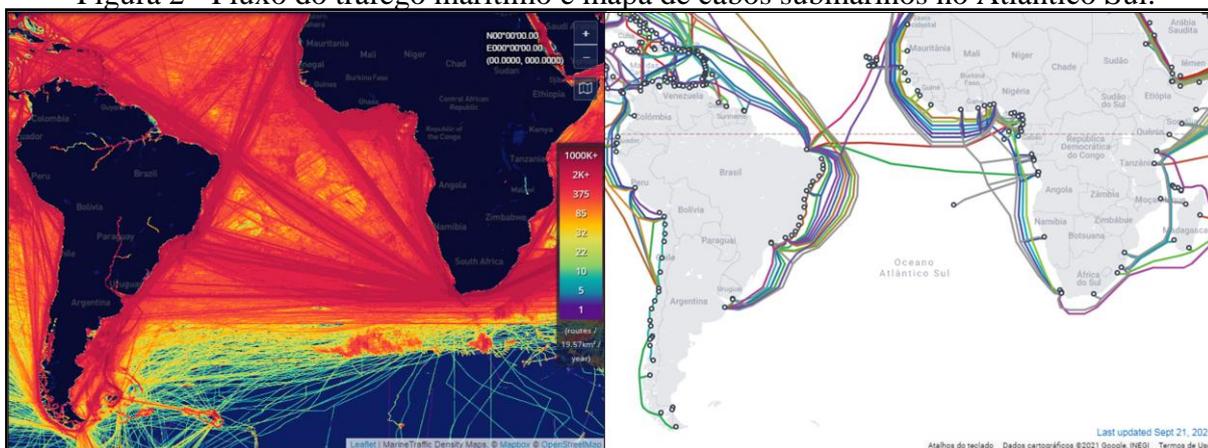
O Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040) descreve o ambiente operacional brasileiro para o desenvolvimento e segurança marítima e fluvial, com destaque para conceitos político-estratégicos, onde aparecem os cabos submarinos de fibra ótica:

[...] É necessário destacar que a quase totalidade das comunicações pela internet entre os continentes é realizada por meio de cabos de fibra ótica dispostos no fundo dos oceanos. [...] 1.2.2 – Funções do Poder Marítimo [...] – Intercomunicação – abrange tanto o transporte, congregando diversos atores e atividades relacionadas ao binômio “porto-navio”, como também contempla elementos e tecnologias contemporâneas que utilizam o mar e as hidrovias como meio de comunicação digital, notadamente por intermédio de cabos submarinos de fibra ótica (BRASIL, 2020, p. 12-15).

A expansão de redes de cabos submarinos vem recebendo atenção nas disputas geopolíticas das grandes potências, envolvendo questões de inteligência e segurança cibernética, influenciando disputas comerciais, de defesa e até mesmo assuntos políticos. Exemplo disso é a chamada Rota da Seda Digital, uma iniciativa chinesa que envolve uma extensa rede de fibra ótica entre os países participantes. Em junho de 2021, foi inaugurado o Ellalink, um cabo submarino que se estende por 6.000 quilômetros, entre Fortaleza – no saliente nordestino – e a cidade de Sines, no litoral português, que promete conexão de alta velocidade entre o Brasil e a Europa. Com esse lançamento, o Brasil tende a se consolidar como um importante *hub* de conexão, voltado para o Atlântico Sul em direção a outros continentes, realçando, ainda mais, o destaque estratégico ao saliente nordestino. Ainda há a previsão de, a partir de Fortaleza, outros dois cabos de fibra ótica conectarem Brasil, África do Sul, Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha, Estados Unidos da América (EUA) e Oceano Índico. A iniciativa reforça a atenção do País para o Atlântico Sul e a necessidade de desenvolvimento de políticas de segurança e defesa específicas para os cabos submarinos, considerados infraestrutura crítica. Cabe destacar a importância de se fazer presente e desenvolver a capacidade de acompanhamento de navios especializados no monitoramento de cabos submarinos, como o russo Yantar e os outros dois futuros navios da classe, Almaz e Burilichev.

A figura abaixo traz uma visão multidimensional interessante, apresentando uma ideia dos espaços sobre e sob as águas do Oceano Atlântico Sul, representada pelas linhas de comunicação marítima, com seu respectivo fluxo do tráfego marítimo, e pelo mapeamento dos estratégicos cabos submarinos, no contexto do entorno estratégico brasileiro.

Figura 2 - Fluxo do tráfego marítimo e mapa de cabos submarinos no Atlântico Sul.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de MARINETRAFFIC; TELEGEOGRAPHY, 2021.

Acrescente-se, ainda, como interesse brasileiro, com elevado potencial econômico, mineral e energético, que lhe confere acentuado valor estratégico, a Elevação do Rio Grande que é uma proeminente feição morfológica do Atlântico Sul, situada a cerca de 1.200 quilômetros da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Realçando a atenção brasileira ao Atlântico Sul, o PEM 2040 estabelece que a Amazônia Azul<sup>6</sup> é a principal área de atuação do Poder Marítimo brasileiro. Em processo de definição, junto à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a área marítima sob jurisdição brasileira, a chamada Amazônia Azul, representa um legado de capital importância para o futuro da sociedade brasileira. As próximas gerações terão potencializadas as oportunidades de exploração de recursos minerais em grandes profundidades, de recursos da biodiversidade marinha, bem como de descobertas de novas fontes de hidrocarbonetos.

Um elemento de enorme significado geopolítico do Atlântico Sul refere-se ao fato de que nas suas duas bordas continentais encontram-se as jazidas de petróleo e gás, que são consideradas por especialistas como entre as mais promissoras do mundo. Tais regiões concentram, atualmente, cerca de 20% da produção mundial e possuem uma taxa anual de crescimento de aproximadamente 10%. Note-se, ainda, que, atualmente, mais de um terço das importações de petróleo da China e dos EUA têm origem nos países produtores da África, onde se destacam Angola e Nigéria. Já, na borda brasileira do Atlântico Sul, estão as mais recentes e alvissareiras descobertas na área de petróleo e gás, com estudos que indicam reservas no pré-sal com potencial de até 55 bilhões de barris de petróleo por dia. Cumpre salientar que cerca de dois milhões de barris/dia da produção do Brasil advêm da exploração *offshore* (informação verbal)<sup>7</sup> (COSTA, 2021).

No Atlântico Sul, constata-se uma nova dinâmica de relações que, em um mesmo cenário, envolve divergências e convergências de novas e antigas visões estratégicas dos estados costeiros, bem como de países não pertencentes ao contexto regional. Com isso, evidencia-se o aumento potencial de atrições, normalmente, caracterizadas por conflitos diplomáticos, litígios e, mesmo, situações de beligerância.

Outro aspecto a ser destacado é a presença de possessões insulares de uma grande potência extrarregional, configurando fator de instabilidade que pode ensejar enfrentamentos

---

<sup>6</sup> A chamada Amazônia Azul, devido à importância de seus recursos naturais, possui 3,6 milhões de km<sup>2</sup>, sendo a décima primeira maior do mundo. O Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) – Programa de Estado, instituído pelo Decreto nº 98.145, de 15 de setembro 1989 – em estudo encaminhado à ONU, objetiva aumentar em 2,1 milhões de km<sup>2</sup>, totalizando 5,7 milhões de km<sup>2</sup> de área marítima. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/amazoniaazul>. Acesso em: 16 ago. 2021.

<sup>7</sup> Informação do Professor Wanderley Messias da Costa em palestra ministrada, na ESG *Campus* Brasília, em 23 jun. 2021.

militares entre países, como foi o caso do conflito pelo domínio das Ilhas Falkland, a Guerra das Malvinas, em 1982, envolvendo Reino Unido e Argentina.

Nesse sentido, durante o citado conflito, pode ser observado o relevante papel da Ilha de Ascensão – localizada na porção setentrional do Atlântico Sul a aproximadamente seis mil quilômetros das Falklands e dois mil da cidade do Recife – no aspecto do apoio logístico às ações militares dos britânicos no teatro de operações. Na ilha, desde a 2ª Guerra Mundial, encontra-se em operação uma base aérea estadunidense e um centro de monitoramento e vigilância eletrônicos, com propósitos militares e civis. Isso denota a estreita parceria entre EUA e Reino Unido, projetando na região do Atlântico Sul o alinhamento que esses dois países mantêm há mais de um século, representada, também, pelas ações militares conjuntas no Iraque, Afeganistão, na OTAN e em outras bases militares operadas em consórcio. Cite-se, por exemplo, o caso da poderosa força aeronaval conjunta existente na Ilha Diego Garcia no Oceano Índico.

De acordo com o *International Institute of strategic studies* (2012), o aparato militar instalado pelo Reino Unido nas Ilhas Falkland vem se tornando, gradualmente, o mais expressivo na região do Atlântico Sul. As Falklands contariam com vultosas instalações militares, forças aéreas e navais de última geração, dispendo de navios de combate e de patrulha, aeronaves de caça, transporte, bombardeiros e helicópteros. Mencione-se, ainda, a possibilidade de existência de submarino nuclear patrulhando essas águas.

Para Costa (2021), também os EUA, com seu enorme poder político e estratégico, têm dirigido seu olhar mais atento para essa porção do globo, passando a incluir o Atlântico Sul em sua pauta e no foco de suas ações. Além da parceria já mencionada com o Reino Unido, o país norte-americano adotou duas medidas abrangentes, com potencial para impactar o cenário macrorregional. A mais significativa delas foi a recriação da IV Frota em 2008, a qual operará, prioritariamente, sob a coordenação do Southern Command, em regiões da América do Sul, Central e Caribe. A outra, com uma projeção estratégica direta, todavia não menos importante, refere-se à implantação recente de bases militares em território colombiano que, com a justificativa de apoio à Colômbia, no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e ao narcotráfico, passou a contar com uma poderosa estrutura militar, sobretudo orientada ao poder aéreo, cujas ações de ataque alcançam em escala a América do Sul setentrional, incluindo o Caribe meridional, e, no que interessa ao entorno estratégico brasileiro, a borda noroeste do Atlântico Sul. Uma terceira que corresponde a um movimento de largo espectro que visa a ajustar o enfoque dado ao monitoramento e à vigilância das rotas marítimas que se tornam cada vez mais importantes, conectando o Oceano Atlântico ao

Pacífico e ao Índico. Ou seja, mais especificamente, à costa oriental da África, ao Golfo Pérsico, à Ásia meridional e ao sudeste asiático, bem como à Oceania. Por fim, essa intensificação da presença militar dos EUA indica uma correspondência com a estratégia de contenção dos movimentos do Governo venezuelano dos últimos anos, que é, notadamente, antiamericano; e, principalmente, daqueles que vêm demonstrando parceria com a Venezuela, no intuito de aumentar sua influência geopolítica – a China e a Rússia.

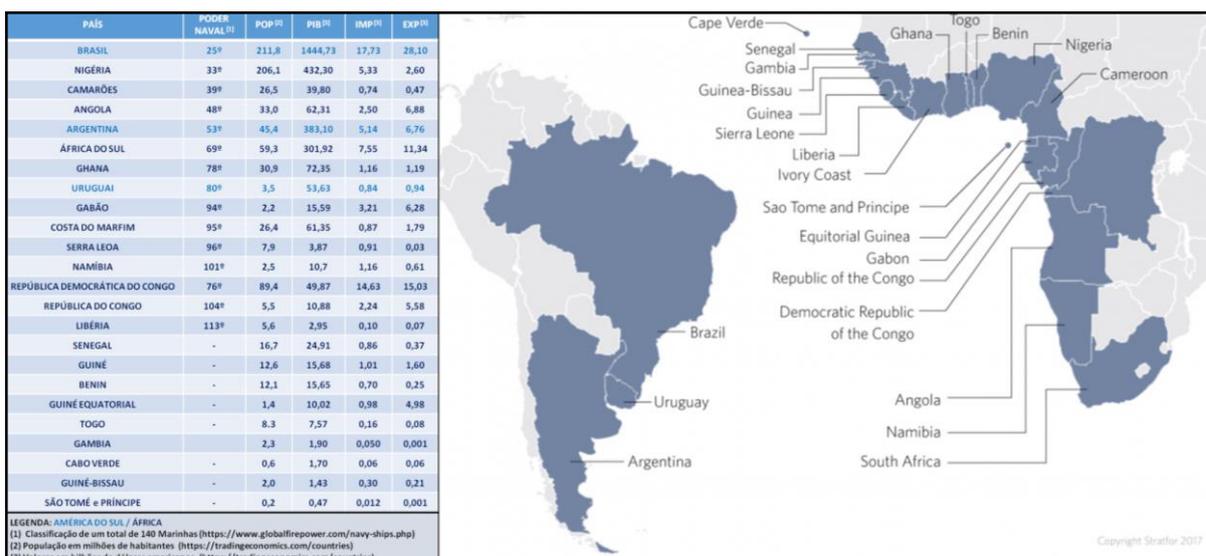
Destarte, em linhas gerais, no Atlântico Sul, há busca por equilíbrio de poder, tensões, atrições, conflitos e delineamento de novas estratégias militares em curso. Isso posto, percebe-se que o Atlântico Sul vem se tornando um ambiente complexo em todas as suas dimensões, deixando velozmente o rótulo de ser aquela porção oceânica do globo plácida e periférica, para juntar-se aos espaços geopolíticos mais relevantes do mundo.

Outro condimento importante com potencial para fortalecer a cooperação no Atlântico Sul advém do conceito de economia do mar<sup>8</sup>, que tem a finalidade de dimensionar a parcela marítima do Produto Interno Bruto (PIB) de um país e seus respectivos impactos na economia, auxiliando a compreensão da importância do Atlântico Sul para os países lindeiros. Afinal, os mares sempre foram objetos de interesse por sua importância estratégica e econômica. Os oceanos constituem-se fontes de recursos naturais, vivos e não vivos, e importantes vias de transporte para o comércio marítimo. Ao se pensar em comunidade de segurança, “uma motivação econômica entre os atores é evidente e contribui para reforçar a necessidade de uma interação cooperativa” (MEDEIROS; MOREIRA, 2017, p. 62). E, nesse sentido, a figura abaixo indica o relativo potencial econômico dos países banhados pelo Atlântico Sul, mormente os integrantes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), apresentando, ainda, uma relativa classificação de suas Marinhas, com um *ranking* comparativo referente ao respectivo poder naval de cada uma delas.

Figura 3 - Países da ZOPACAS, classificação de suas Marinhas e alguns dados econômicos.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7915>. Acesso em: 15 ago, 2021.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de MARINHA DO BRASIL; ECONOMICTRADINGS, 2021.

Assim sendo, nesse ambiente plural e complexo do Atlântico Sul, por uma iniciativa do Brasil, foi criada a ZOPACAS, por meio de uma resolução da ONU<sup>9</sup>, com a finalidade de promover a cooperação econômica, comercial, científica, política e diplomática, bem como a preservação da paz na região. Nesse relevante fórum internacional, vem sendo discutidos, também, temas como cooperação na área de Defesa, preservação do meio ambiente marinho, exploração do fundo do mar, segurança nos portos, transporte marítimo, segurança marítima e combate aos crimes transnacionais. A ZOPACAS teve origem em um cenário internacional emoldurado pelo pós-guerra das Malvinas (1982) e final da Guerra Fria. O Atlântico Sul já se apresentava como palco de potências extrarregionais, mas a presença do Reino Unido e sua demonstração de força durante o conflito com a Argentina também contribuiu para o surgimento desse novo foro internacional.

Nesse cenário, nasceram propostas para a criação de um Tratado do Atlântico Sul, nos moldes da OTAN, as quais foram muito incentivadas pela África do Sul. Contudo, os países africanos demonstraram preferência pela iniciativa brasileira, muito em razão das influências e cicatrizes deixadas pelo *Apartheid* no país sul-africano. Assim, a ZOPACAS, proposta apresentada pelo Brasil à ONU, que também contou com o apoio da Argentina, foi aprovada com ampla maioria de votos, mas com um voto contrário dos EUA. A causa dessa oposição pode ser atribuída à resistência estadunidense em aceitar quaisquer limitações ao emprego de suas forças, mesmo que na forma de recomendação, conforme foi consignado pelo foro.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123188#record-files-collapse-header>. Acesso em: 30 abr. 2021.

A ZOPACAS conta com 24 Estados-membros, todos banhados pelo Atlântico Sul. São eles: no litoral leste da América do Sul – Argentina, Brasil e Uruguai; e, na costa ocidental africana – África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo. Não obstante seu elemento oceanopolítico<sup>10</sup>, a ZOPACAS também observa compromissos com a promoção do desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente marinho. Os países membros pactuaram o compromisso de manutenção do Atlântico Sul como uma região livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa, em observância aos Tratados de Tlatelolco, da Antártida e de Pelindaba – os quais declaram, respectivamente, a América Latina e o Caribe, a Antártica e a África como zonas livres de armas nucleares.

A ZOPACAS constitui-se no principal foro para a discussão de temas relativos à segurança marítima e cooperação no Atlântico Sul e única estrutura que congrega todos os países dessa região, podendo, até, evoluir para um organismo de integração regional caso disponha de uma estrutura organizacional compatível.

No contexto do Atlântico Sul, no que tange à cooperação em defesa, sua institucionalização, considerando o foco em segurança marítima, além de contar com a ZOPACAS, existem o Fórum de Assuntos do Mar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Protocolo de Yaoundé para o Golfo da Guiné, de 2013.

Cabe mencionar, também, o exemplo bem-sucedido e a experiência acumulada na Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) – integrada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – um mecanismo advindo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que desde a 2ª Guerra Mundial vem permitindo a cooperação nas atividades de segurança do tráfego marítimo realizadas na região do Atlântico Sul (BRASIL, 2020).

E, nesse contexto, vale destacar, ainda, a área de 15.328.500 quilômetros quadrados, correspondendo à região de busca e salvamento marítimo sob a responsabilidade do Brasil. Essa extensa área no entorno estratégico brasileiro, que se projeta no espaço marítimo do Atlântico Sul, a partir da costa brasileira, estendendo-se na direção leste até o meridiano de 10°W, equivale a 1,8 vezes todo o território nacional, configurando mais um aspecto de interesse e atenção referente ao tema.

---

<sup>10</sup> A Oceanopolítica, disciplina geopolítica em sentido amplo, consiste na ciência contemporânea que envolve o Estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando a influência dos espaços oceânicos e fluviais sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros Estados e demais atores internacionais (BRASIL, 2020).

Ressalte-se, ainda, que dos nove Estados-membros da CPLP, seis estão presentes na ZOPACAS – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial e São Tomé e Príncipe – aspecto que contribui para a consolidação da liderança brasileira na constituição de uma identidade no Atlântico Sul, no fomento da ZOPACAS e no fortalecimento dos laços entre os países que integram comunidade.

Essa abordagem panorâmica sobre os mais diversos aspectos reforça a atenção brasileira ao tema, lembrando que em sua END o país estabelece que “O Atlântico Sul é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção dos recursos naturais existentes nas águas, no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira é uma prioridade do País” (BRASIL, 2016a).

E, nesse mesmo documento estratégico, enfatiza-se o papel da Marinha como ator relevante no palco regional do Atlântico Sul, ressaltando-se a sua importância como instrumento para a exploração de conceitos afetos à dissuasão e cooperação:

A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais. A exploração e exploração da Amazônia Azul® e a utilização das linhas de comunicação marítimas do Atlântico Sul continuarão a ser vitais para o desenvolvimento do Brasil, exigindo a intensificação das capacidades de prover Segurança Marítima. Para o incremento dessa segurança, é importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países limítrofes do Atlântico Sul, principalmente por meio de suas Marinhas (BRASIL, 2016a).

Por todo o exposto, percebe-se que existem, nesse complexo espaço marítimo que é o Atlântico Sul, um incontestável potencial a ser explorado, bem como diversas ameaças aos interesses do País. Isso denota um campo fértil de oportunidades, mas também vários desafios a serem enfrentados. Nesse contexto, o Brasil, por seu maior peso internacional em relação aos demais países da ZOPACAS, figura como protagonista nos esforços e iniciativas para um Atlântico Sul pacífico e propício à cooperação.

#### **4 A MARINHA COMO INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO E PROMOÇÃO DA PAZ**

Segundo Silva (2020), “além de usar o mar, é importante que o Estado construa uma capacidade para influenciar os temas relacionados com o poder marítimo<sup>11</sup> tanto no ambiente doméstico como no internacional”. Nesse contexto, torna-se interessante, inicialmente, dizer

---

<sup>11</sup> Poder marítimo é a capacidade de um Estado usar o mar ou influenciar o conjunto das atividades políticas, econômicas, sociais, ambientais, da ciência e da tecnologia e da segurança e defesa relacionadas com o ambiente marítimo (SILVA, 2017, p.238).

que a ampliação e, conseqüente, adensamento da presença do Brasil no Atlântico Sul, no caso específico do país, vêm acontecendo sem tensões com países vizinhos, que figuram no seu entorno estratégico, por meio de uma abordagem que conjuga esforços efetivos e observância de princípios na esfera da dissuasão e da cooperação.

Conforme já afirmavam Modelski e Thompson (1988), “o poder naval é um componente essencial da ordem mundial [...]”. Nesse sentido, por suas características, o papel das marinhas revela-se essencial.

De fato, mostra-se claro que as marinhas cumprem uma ampla gama de missões, e que embora as capacidades militares deem às marinhas sua razão de ser e sustentem todas as outras atividades, a maioria das marinhas passa a maior parte do tempo envolvida em atividades diplomáticas e constabulares que configuram uma contribuição vital para a segurança nacional e internacional (SPELLER, 2014, p. 194, tradução nossa).

Nesse mesmo diapasão, ressaltando a evolução da importância da cooperação internacional, relacionando esta última às marinhas, note-se que:

Geoffrey Till percebeu duas tendências paralelas em política naval. A primeira é uma abordagem “moderna” ou “competitiva”, baseada na defesa do interesse nacional. A outra é uma abordagem “pós-moderna” ou colaborativa, que reconhece a necessidade da cooperação internacional para enfrentar os desafios mútuos dos patrimônios globais (SPELLER, 2014, p. 196, tradução nossa).

As correntes e crescentes discussões sobre as questões afetas aos oceanos e mares nas últimas décadas, na esfera da Defesa, vêm destacando o papel diplomático das forças navais, haja vista suas características de mobilidade<sup>12</sup>, flexibilidade<sup>13</sup>, versatilidade<sup>14</sup> e permanência<sup>15</sup>, inerentes ao Poder Naval, que conferem às Marinhas potencial de alcance de longas distâncias. Nesse entendimento, Alsina Júnior (2015) assevera que “A Marinha, Força mais vocacionada ao relacionamento com outras nações, apresenta-se como instrumento por excelência de uma política externa assertiva”.

A END, ao abordar fundamentos relativos ao setor de Defesa, enuncia a missão da Marinha, evidenciando o seu papel de preparar e empregar o Poder Naval, para o atendimento de suas finalidades como instituição de Estado, destacando, entre elas, o apoio à política externa (BRASIL, 2016a). Assim, tanto a condição de preparo quanto o, conseqüente,

---

<sup>12</sup> Capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão (BRASIL, 2016a).

<sup>13</sup> Capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando seu emprego gradativo (BRASIL, 2016a).

<sup>14</sup> Aptidão para executar uma ampla gama de tarefas e diferentes níveis de prontidão (BRASIL, 2016a).

<sup>15</sup> Capacidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões (BRASIL, 2016a).

emprego revelam-se essenciais na configuração da Marinha como instrumento do país para a aplicação do Poder Naval.

Também o britânico da área de Estudos Marítimos Keen Booth (2014), ao sistematizar o conceito do Triângulo do Uso do Mar, enfatiza a importância das Marinhas, elencando seus três papéis – o militar, o constabular ou de policiamento, e o diplomático.

O Estado brasileiro, nas duas últimas décadas, vem colocando seu foco na relação com países em desenvolvimento, caracterizando uma Cooperação Sul-Sul e levando a Marinha a um maior protagonismo no campo das relações internacionais. Evidenciou-se a busca pela integração com o entorno estratégico do país, representando um olhar mais atento para a América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental africana. Assim, nesse contexto, Abdenur e Neto esclarecem:

Longe de apenas atender a demandas de outros governos e instituições, a política externa brasileira usa a cooperação Sul-Sul de forma instrumental, com o propósito de projetar a influência do Brasil no exterior, criar novas oportunidades econômicas e parcerias políticas, e fortalecer a segurança nacional pela cooperação com países menos desenvolvidos, inclusive na área de defesa (ABDENUR; NETO, 2014).

O Brasil possui uma posição de destaque no Atlântico Sul mercê de suas dimensões continentais; de sua pujança econômica que o coloca, atualmente, entre as maiores economias do mundo; da capacidade de liderar processos de integração regional alicerçados em preceitos de paz e cooperação; e, especialmente, em razão de sua crescente e efetiva presença nas suas águas jurisdicionais. Essa condição denota um horizonte favorável ao Brasil para estender sua influência junto às nações amigas da África, em especial àquelas da porção ocidental do continente africano. A opção brasileira por uma projeção pacífica e de cooperação mostra-se favorecida, sobretudo, pela configuração geopolítica do país e do seu entorno estratégico regional.

Vale citar a crescente atenção nos últimos tempos à ZOPACAS, a qual o Brasil integra, desde 1986, como signatário da Resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU, juntamente com dois vizinhos da América do Sul e outros 21 países da costa ocidental africana. Como foi visto, tal iniciativa estabelece, entre outros aspectos, o compromisso de manter a região do Atlântico Sul como zona livre de armas nucleares, em um ambiente de paz e cooperação.

Vem ganhando força, também, fruto de avanços importantes na área diplomática, o estreitamento nas relações entre os integrantes da CPLP, onde o adensamento nas interações entre as nações lusófonas vem se expandindo para outros países como a Namíbia e África do Sul.

Com a experiência obtida na gestão e operacionalização do LEPLAC, por meio de sua Marinha, o Brasil desenvolveu uma capacitação ímpar no que tange ao estabelecimento de limites no ambiente marinho. A expertise alcançada pelo Brasil já possibilitou a atuação do país na área internacional, por meio de cooperação técnica, assessorando outros países litorâneos nos estudos e levantamentos afetos ao incremento nos limites de suas plataformas continentais.

Embora arrefecido atualmente, teve destaque nos últimos anos o peso dos investimentos de empresas brasileiras em países da América do Sul e da África. E, nesse sentido, vale citar o caso de Angola, país também debruçado no Atlântico Sul, segundo maior produtor de petróleo do continente africano, considerado economia emergente.

Releva salientar que a confiança reforçada, por meio de uma maior interação e aproximação entre os países membros da ZOPACAS, pode promover, em uma visão prospectiva, parcerias estratégicas ou mesmo cooperação econômica entre as correspondentes indústrias de defesa, bem como de quaisquer outras áreas (BRASIL, 2020).

No sentido de enaltecer a Marinha como valioso instrumento de cooperação, o PEM 2040 menciona a participação brasileira com navios de guerra e no Comando da FTM da UNIFIL e em missões operativas combinadas no Golfo da Guiné com outros países, além da liderança em fóruns regionais, como a ZOPACAS, colimando a melhoria de mecanismos de defesa e vigilância das importantes linhas de comunicação marítimas no Atlântico Sul (BRASIL, 2020).

No escopo desta abordagem, atendendo à PND e à END, o PEM 2040 traz, dentro dos objetivos navais, uma estratégia naval orientada ao incremento das relações entre as Marinhas amigas integrantes da ZOPACAS, prevendo a realização de “ações que visem ao aumento da interação entre as nações que compõem essa zona de paz e cooperação, tornando mais concreta a parceria em matéria de defesa e segurança no Atlântico Sul” (BRASIL, 2020). Assim, nesse enfoque, no âmbito regional do Atlântico Sul, podem ser citadas algumas cooperações navais com países africanos, tais como: África do Sul (2003), Angola (2010), Cabo Verde (2010), Guiné-Bissau (2006), Guiné Equatorial (2010), Namíbia (2009), Nigéria (2010), São Tomé e Príncipe (2010) e Senegal (2010). E, nesse mesmo diapasão, o Brasil participa de diversos exercícios e operações navais, envolvendo países limítrofes do Atlântico Sul, dentre os quais podem ser citados: OBANGAME EXPRESS, GRAND AFRICAN NEMO, FELINO, ACRUX, URUEX, ATLASUR, ATLANTIC TIDINGS e GUINEX-I. Esta última, a Operação GUINEX-I, é a mais recente, sendo realizada na região marítima do Golfo da Guiné, na costa ocidental africana, no período de agosto a outubro de 2021, com o objetivo

de incrementar as capacidades de segurança marítima entre o Brasil e os países da região, por meio de exercícios combinados e de adestramento mútuo (MARINHA DO BRASIL, 2021a).

Descortina-se um novo cenário, que revela o desafio de se combinar dissuasão e cooperação. A Marinha, assim, cresce em importância com sua diplomacia naval, a qual robustece a soberania estatal, configurando um instrumento de excelência nas relações internacionais, pois os navios têm liberdade de navegação e presença nos variados espaços marítimos. Mostra-se comum a todas as marinhas que dispõe de capacidade operacional, o potencial de se estender ao longo de um amplo espectro – desde o extremo da competição, na qual se encontram ações como a coerção, até o extremo da cooperação – reforça a confiança mútua, pode mitigar futuros antagonismos. Assim, em diversos formatos, mesmo com efeitos não claramente visíveis e por vezes manifestados em prazos dilatados, seus benefícios tendem a permanecer no longo prazo. Dessa forma, qualquer interação marítima apresenta o potencial de gerar algum grau de diplomacia naval, com benefícios para o País, convergentes com a obtenção de uma maior inserção no cenário internacional. Não obstante, paralelamente à cooperação, um dos muitos efeitos desejados da diplomacia naval é a dissuasão, condição que só pode ser alcançada por meio de uma força naval capacitada (BRASIL, 2020).

As Nações Unidas declararam, em dezembro de 2017, o período compreendido entre 2021 e 2030 como sendo a “Década do Oceano”<sup>16</sup>. No escopo dessa iniciativa, visualiza-se, dentre os principais resultados, o de um oceano mais seguro. A ONU destaca, ainda, a cooperação internacional como elemento essencial à viabilização das metas para essa década, ressaltando a vertente da segurança, tão afeta à Defesa. Esse aspecto, também, fortalece a importância da discussão sobre o Atlântico Sul, e dos consequentes esforços e interesses do País para promover a paz e a cooperação nessa zona oceânica, utilizando-se de sua Marinha como principal instrumento.

As abordagens neste seguimento, aliadas ao panorama apresentado sobre o Atlântico Sul, trazem alicerce a uma visão da Marinha, por meio de sua força naval, como um valioso instrumento de cooperação e promoção da paz, no ambiente regional do entorno estratégico brasileiro. Assim sendo, as ponderações até aqui aventadas denotam a necessidade de “um Poder Naval forte e maior participação e cooperação do Brasil no Atlântico Sul, por intermédio de maior valorização da ZOPACAS como instrumento de política externa para fortalecer a dissuasão estratégica” (BRASIL, 2020). E, nesse sentido, tais considerações indicam e reforçam que “a contribuição para a dissuasão propiciada pelo Poder Naval,

---

<sup>16</sup> <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/noticias/2021-ano-do-inicio-da-decada-do-oceano>. Acesso em: 17 ago. 2021.

desenvolvida desde o tempo de paz, é consequência natural da capacitação e credibilidade para realizar, com efetividade, as demais tarefas básicas desse Poder” (BRASIL, 2017b). Ressalte-se que o estar preparado e o ser empregado são aspectos que se complementam e se aperfeiçoam mutuamente, à medida que a Marinha, por meio de sua força naval, é usada como um instrumento pelo Estado; levando-se em conta, justamente, que esse processo vai se repetindo, seja em situações semelhantes ou distintas, configurando um ciclo de aprimoramento.

## **5 A POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA FTM DA UNIFIL**

Em 15 de janeiro de 2021, após cerca de uma década de exitosa liderança brasileira, a UNIFIL realizou uma cerimônia em Naqoura, no sul do Líbano, para marcar a transferência do Comando de sua FTM, do Brasil para a Alemanha<sup>17</sup>.

Como foi visto, a FTM foi criada, após a guerra de 2006 entre Israel e Hezbollah, atendendo a um novo formato da UNIFIL, como missão da ONU implantada desde 1978. A principal finalidade da FTM era fazer cumprir o embargo de armas imposto pelo CSNU contra grupos armados não oficiais no Líbano, por meio da condução de operações de interdição marítima na costa do Líbano. Diferentemente das situações anteriores, quando o poder naval foi empregado para conduzir tais operações em apoio a uma missão de manutenção da paz, atuando em paralelo, como uma força independente, dessa vez, a FTM passa a ser parte integrante das forças da ONU, representando, assim, uma inovação pioneira.

Nesse sentido, a UNIFIL tornou-se a primeira e única (até o momento atual) missão de paz com um componente exclusivamente marítimo. Tal fato particulariza e coloca em destaque os países que tiveram a experiência de integrar a FTM da UNIFIL, especialmente o Brasil que, além de compor a força naval, teve o comando da mesma por quase uma década. Nesse contexto, Abdenur (2016) enfatiza, como um dos três pilares mais importantes dessa participação, a oportunidade de desenvolver a MB, principalmente, para uma maior e melhor atuação no Atlântico Sul.

O próprio PEM 2040, colimando marcos estabelecidos pela PND e END, sublinha que “ainda que exista o interesse compartilhado na cooperação para a defesa das vias marítimas

---

<sup>17</sup> O Contra-Almirante Sergio Renato Berna Salgueirinho, da Marinha do Brasil, passou o comando da FTM da UNIFIL ao Contra-Almirante Axel Schulz, da Marinha da Alemanha. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/unifil%E2%80%99s-maritime-task-force-command-passes-germany>. Acesso em: 17 ago. 2021.

em quaisquer oceanos, devem ser priorizadas as alianças cooperativas no entorno estratégico brasileiro definido na PND, com atenção no Atlântico Sul” (BRASIL, 2020).

Ao liderar por um largo período a FTM no Líbano, o Brasil, instrumentalizado por sua Marinha, atuando efetivamente nos mais diversos cenários abarcados por essa missão, interagiu com vários países, em uma pluralidade de etnias e religiões, bem como uma diversidade de níveis sociais e econômicos. No cumprimento das tarefas previstas em sua missão, as relações da MB não foram somente com as Marinhas dos países componentes da FTM, mas avançaram muito além. As interações brasileiras e sua, consequente, visibilidade alcançaram os demais Estados integrantes da UNIFIL. E isso inclui toda a vultosa estrutura dessa importante Missão da ONU, interconectando vários países, envolvidos direta ou indiretamente, englobando suas forças armadas, policiais, civis, representações de instituições nacionais e internacionais, indivíduos, entre outras. E vale salientar que, mesmo em meio a esse cenário complexo e multidisciplinar em todas as suas nuances, o Brasil, com sua força naval, desincumbiu-se muito bem.

A expertise brasileira em assuntos relacionados às operações de paz de caráter naval, advinda de sua participação e comando da primeira e, até o momento, única força naval em uma missão de paz sob a égide da ONU, teve o reconhecimento das Nações Unidas. Os trabalhos de elaboração e consolidação de materiais de treinamento especializado da ONU, sobre o assunto FTM, para atender à preparação de contingentes, foram conduzidos pelo Brasil. E restou registrado pela ONU, no próprio conteúdo do material produzido e publicado, o seguinte: “Um reconhecimento especial aos seguintes Estados Membros e suas Missões Permanentes nas Nações Unidas por sua contribuição no desenvolvimento do material de treinamento especializado [...] Força-Tarefa Marítima - República Federativa do Brasil” (UNITED NATIONS, 2017, tradução nossa).

E, ao se falar em treinamentos especializados, há que se mencionar os ganhos em capacitação que abarcam todos que venham a integrar a FTM, os quais, portanto, beneficiaram, também, os efetivos e meios navais e aeronavais que participaram da UNIFIL. Tais treinamentos são contínuos e intensos, ocorrendo antes e durante a missão, envolvendo tanto o ensino de conteúdos teóricos quanto exercícios práticos no mar, caracterizando ciclos completos de adestramento. Neles são enfatizados e explorados os conceitos doutrinários afetos à natureza, às características, capacidades e tarefas atinentes à FTM, bem como outras temáticas decorrentes e correlatas. Além disso, a própria rotina e o desenvolvimento das atividades da FTM da UNIFIL denotam o seu importante papel, configurando ações de presença, dissuasão, controle do mar, projeção de poder, segurança marítima, assistência

humanitária e socorro em desastres (UNITED NATIONS, 2017). Nesse escopo, percebe-se o potencial desenvolvido no campo da interoperabilidade, tanto com a Marinha libanesa como com outras Marinhas que fazem parte da UNIFIL.

Não obstante, corroborando esse entendimento e salientando a credibilidade obtida durante os anos do Brasil no comando da FTM, o Comandante da MB, em uma palestra, reiterou que ninguém entrega meios caros como um navio se não houver confiança e capacitação. E, ainda, considerando a possibilidade real de replicar a relevante atuação brasileira no Líbano no ambiente marítimo do Atlântico Sul, mencionou que há um empenho da MB em mobilizar outras Marinhas regionais e liderá-las nos esforços pela segurança regional. Ressaltou, também, no que se refere à participação brasileira na FTM da UNIFIL, que usar a capacidade da Marinha em tempo de paz dá visibilidade e contribui para a dissuasão (informação verbal)<sup>18</sup>.

Segundo Hupalo<sup>19</sup> (2021), a participação brasileira em missões de paz possibilita um incremento da influência política do Estado em nível global, o estreitamento de laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências partícipes, amplia a projeção no concerto das nações e a sua inserção em processos decisórios internacionais. Ademais, a participação configura um incontestável ganho profissional no preparo e emprego das Forças, cabendo salientar que o militar brasileiro é reconhecido por seu profissionalismo, humanismo e empatia. A consagração do Brasil na participação em operações de paz da ONU revela-se uma das mais importantes faces do engajamento nacional em nome da paz e segurança internacionais. Assim, o MD considera importante que o Brasil continue contribuindo para a manutenção da estabilidade da ordem global com o emprego dos meios militares proporcionais à estatura geopolítica do País, sempre fundamentada em judiciosa análise político-estratégica e decisão governamental. A presença de contingentes em operações de paz e de militares em missões de caráter individual corrobora a efetividade do emprego da expressão do poder militar como instrumento da política externa brasileira.

Alicerçando esse entendimento, a MB assumiu o Comando<sup>20</sup> da *Combined Task Force* (CTF) 151, em 9 de junho de 2021, no Bahrain, tornando-se o primeiro país sul-americano a ocupar papel de destaque nessa parceria marítima multinacional. De acordo com Resoluções do CSNU, a CTF 151, estabelecida em janeiro de 2009, força-tarefa que integra a *Combined*

---

<sup>18</sup> Informação do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos, em palestra ministrada, na ESG *Campus* Brasília, em 4 ago. 2021.

<sup>19</sup> Brigadeiro do Ar Mauricio Ferreira Hupalo, Subchefe de Operações de Paz do Ministério da Defesa.

<sup>20</sup> O Comando da CTF 151 foi assumido pelo Contra-Almirante André Luiz Andrade Felix que, em 2015, no posto de Capitão de Mar e Guerra, exerceu o cargo de *Deputy Chief of Staff* da FTM da UNIFIL, asseverando a relevância da experiência obtida com a participação brasileira na missão no Líbano.

*Maritime Forces*, juntamente com outras duas, busca promover segurança, estabilidade e prosperidade em águas internacionais, as quais abrangem algumas das rotas marítimas mais importantes do mundo. Essa importante força multinacional atua no combate à pirataria e proteção do comércio marítimo global em regiões do Mar da Arábia, Golfo de Omã e Golfo de Áden, Bacia da Somália e sul do Mar Vermelho.

Diante do exposto, denota-se que a experiência do Brasil em operações de paz de caráter naval, mormente fruto de sua relevante e marcante participação na FTM da UNIFIL, favorece a sua credibilidade e legitima seu preparo para atuar, caso se faça necessário, em segurança marítima e cooperação naval. Um olhar mais atento para a PND revela que o potencial adquirido em função dessa experiência, colimando um emprego no cenário do Atlântico Sul, mostra-se em sintonia com o Objetivo Nacional de Defesa de “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais” (BRASIL, 2016c).

Nesse aspecto, considere-se, ainda, que o Brasil estabelece como um dos pressupostos para sua concepção política de Defesa Nacional: “buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação” (BRASIL, 2016c). E, nesse sentido, a END enfatiza a contribuição advinda do fortalecimento da ZOPACAS para a consolidação do Brasil como um ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extra regionais no Atlântico Sul (BRASIL, 2016a).

Assim, a expertise alcançada pelo Brasil – por meio de sua Marinha – complementada pelas relações com toda a comunidade internacional e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa, além de aumentar a influência política em nível global, possibilita estreitar laços de cooperação de interesse com outros Estados e ampliar sua projeção mundial. Ademais, o recente fortalecimento da discussão sobre a ZOPACAS evidencia a importância de se refletir com empenho sobre o assunto.

Por derradeiro, em síntese, fruto da abordagem feita, restou demonstrado uma espécie de ciclo virtuoso, configurando o que pode ser chamado de uma espiral de aprimoramento envolvendo preparo e emprego. Assim, a citada credibilidade brasileira conquistada no cenário global e o reconhecimento internacional do efetivo preparo do país possibilitaram o emprego da MB em uma operação de paz de caráter naval, integrando e liderando a FTM da UNIFIL, por aproximadamente uma década, inaugurando um marco importante nesse ciclo virtuoso de preparo e emprego. Ou seja, no que tange à participação do Brasil nessa missão no Líbano, a condição de preparo ensejou o respectivo emprego; e, a partir de então, um contingente após o outro, foi sendo verificado o natural aprimoramento, alcançando-se, no

processo, fruto dos resultados tangíveis e intangíveis, um maior preparo culminando em melhor emprego, e assim sucessivamente. Outros marcos, na linha do tempo, já mencionados nessa abordagem – as destacadas participações da Marinha em operações com outros países, em exercícios com outras Marinhas, e nas diversas cooperações internacionais – reforçam a compreensão e corroboram a existência desse ciclo de aprimoramento em espiral de preparo e emprego. A própria assunção do comando da CTF 151 pelo Brasil configura um exemplo claro de uma situação de emprego em razão de um reconhecido preparo, alicerçado em experiência pregressa.

Vale lembrar, ainda, uma interessante reflexão sobre esse assunto, afirmando que “o planejamento e as lições aprendidas do emprego orientam o preparo” (informação verbal)<sup>21</sup>. À guisa desse entendimento, depreende-se que o emprego exitoso da MB na FTM da UNIFIL, com fulcro na presente abordagem, norteia, em uma visão prospectiva, uma invulgar condição de preparo, ensejando e fortalecendo a possibilidade de uma atuação brasileira, ainda mais assertiva e com maior efetividade, em uma próxima singradura, agora, voltada ao ambiente marítimo do Atlântico Sul.

Ao se concluir esta etapa, verifica-se que os aspectos levantados denotam inequivocamente, em uma visão prospectiva, que a experiência grassada pelo Brasil, ao compor e, ao mesmo tempo, comandar a FTM da UNIFIL, pode trazer uma crível contribuição, haja vista a constatação de uma participação exitosa e de uma insigne liderança. Tal potencial de contribuição pauta-se na credibilidade conquistada no concerto das nações, na condição de maior preparo e na, conseqüente, possibilidade de melhor emprego. Urge, portanto, depurar o assunto, à luz dos conteúdos norteadores de documentos de Estado, mormente a PND e a END, para que, assim, com acurado preparo, a Marinha possa ser empregada, tempestiva e eficientemente, como um hábil instrumento para segurança marítima e cooperação naval, agora, no Atlântico Sul, importante região do entorno estratégico brasileiro.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todo o constructo teórico desenvolvido buscou estruturar o entendimento a respeito das capacidades desenvolvidas pela Marinha, em razão da participação brasileira na FTM da UNIFIL, de modo a alcançar a compreensão das potencialidades advindas das experiências

---

<sup>21</sup> Informação do General de Brigada Alcio Alves Almeida e Costa, Chefe do Emprego da Força Terrestre, em palestra ministrada, no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, para o Curso de Altos Estudos em Defesa, da Escola Superior de Defesa, em 28 set. 2021.

colhidas ao longo de seu período no exercício das atividades inerentes a essa missão. Mas não somente isso. Nesse mesmo diapasão, a abordagem levantou a pertinência da aplicação dessas capacidades potencialmente adquiridas no cenário atual e complexo do Atlântico Sul, importante região do entorno estratégico brasileiro. O enfoque da temática procurou pautar-se em bases legais e normativas, bem como no referencial teórico sobre o assunto, com ênfase nas orientações estabelecidas pela PND e END, ademais dos outros documentos norteadores e trabalhos correlatos.

No introito à abordagem, foi destacada a relevância do tema e interesse do Estado brasileiro, considerando-se o momento atual, à luz dos estudos sobre Segurança, Desenvolvimento e Defesa. Foram evidenciados aspectos relevantes da doutrina atinente às operações de paz de caráter naval, destacando-se a importância de um país como o Brasil dispor de uma Marinha bem adestrada e equipada. A abordagem sobre todo o cenário do Atlântico Sul revela a crescente atenção a esse espaço geopolítico, onde importantes atores globais vêm intensificando suas presenças, buscando, sempre, uma inserção e participação ativa nos temas e problemáticas afins. Todo esse quadro no Atlântico Sul vem tornando essa porção do globo, que é parte do entorno estratégico brasileiro, um ambiente cada vez mais complexo e multifacetado. Nesse sentido, potências extrarregionais seguem intensificando a busca por aumentar sua influência geopolítica nesse contexto regional, bem como explorar as oportunidades, mormente as de cunho econômico.

Notadamente, é na costa brasileira que o imponente Oceano Atlântico conta com sua maior faixa litorânea, aspecto que põe o Brasil em evidência no concerto regional e alicerça o especial interesse do país na manutenção do Atlântico Sul como uma zona pacífica e segura. Como foi visto, além de contar com áreas de relevante valor estratégico, essa importante região do oceano representa o principal canal de ligação do Brasil com o mundo.

Ao avançar no tema, buscou-se, na sequência, apresentar a Marinha como um instrumento capaz de influenciar os assuntos relativos ao cenário marítimo do Atlântico Sul, o qual revela um campo fértil para ações do Estado brasileiro, nas áreas de segurança marítima e cooperação naval. Para tanto, foram mencionados, além de embasamentos científicos, alguns exemplos de atuações exitosas em operações, exercícios e cooperações navais com outros países de interesse, evidenciando-se aspectos como a multilateralidade e diplomacia naval. Nesse diapasão, restaram presentes na discussão mecanismos e foros internacionais como a CPLP, com ênfase para a ZOPACAS, alvo de cogente fomento na atualidade.

Isso posto, o trabalho procurou demonstrar, ainda, que o Brasil vem lançando seu olhar para essa temática do Atlântico Sul, ao estabelecer orientações em documentos de Estado de

alto nível, como a PND e a END. Assim, em um sentido figurativo, tais documentos alicerçam uma potencial atuação do Estado brasileiro, ator e protagonista do país; utilizando-se de seu instrumento, a MB; no complexo palco ou cenário, o Atlântico Sul; cumprindo seu papel em um *script* voltado para ações de segurança, paz e cooperação; juntamente com os demais atores, países da ZOPACAS e outros Estados externos a esse ambiente regional.

E, por último, com fulcro em todo o conjunto de ideias abordadas, ficou evidenciado que a experiência obtida com a participação brasileira na FTM da UNIFIL pode, sim, contribuir para um eventual emprego da MB no Atlântico Sul. Na missão no Líbano, ao longo de quase uma década, o preparo foi sendo aprimorado com incontestável aperfeiçoamento em seu emprego, confirmado por sua bem-sucedida atuação no decorrer dos anos. Ressalte-se que o país aumentou, de maneira crível, as capacidades de sua Marinha, interagindo e explorando suas potencialidades, com reflexos muito positivos para a sua credibilidade a nível internacional.

Assim, com o encerramento da participação brasileira na FTM da UNIFIL, descortina-se a possibilidade de inauguração de um novo marco de atuação para a Marinha, agora no cenário do Atlântico Sul, no entorno estratégico brasileiro, com um maior preparo e invulgar credibilidade junto à comunidade internacional, ensejando um emprego ainda melhor. Destarte, depreende-se que a temática abordada sobre a potencial contribuição da experiência da participação brasileira na FTM da UNIFIL para a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, por ser atual e relevante, merece ser ampliada e aprofundada.

## REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 13 jul. 2021.

ABDENUR, Adriana Erthal. Rising powers in stormy seas: Brazil and the UNIFIL maritime task force. **International Peacekeeping**, London, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/23328503/Rising\\_powers\\_in\\_stormy\\_seas\\_Brazil\\_and\\_the\\_UNIFIL\\_maritime\\_task\\_force\\_International\\_Peacekeeping\\_2016\\_](https://www.academia.edu/23328503/Rising_powers_in_stormy_seas_Brazil_and_the_UNIFIL_maritime_task_force_International_Peacekeeping_2016_). Acesso em: 13 jul. 2021.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo S. **Rio Branco: Grande Estratégia e Poder Naval**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. 360 p.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Resolução 41/11**. Index: A/RES/41/11, seis de novembro de 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123188#record-files-collapse-header>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BOOTH, Ken. **Navies and Foreign Policy**. London: Taylor & Francis, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2016a. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd\\_end.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF. 2016b. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro\\_branco\\_de\\_defesa\\_nacional\\_minuta.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **EMA-305 – Doutrina Militar Naval (DMN)**. 3. Rev. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2017a.

BRASIL. Marinha do Brasil. **EMA-322 – O Posicionamento da Marinha do Brasil nos Principais Assuntos de Interesse Naval**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2017b.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Manual de Operações de Paz de Caráter Naval**. 1. ed. Rio de Janeiro. 2010.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Ofício nº 26748/GM-MD**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 13 set. 2019. Assunto: Participação Brasileira na Força-Tarefa Marítima – UNIFIL.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 2.090/MD**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 12 jul. 2013. Assunto: Manual de Operações de Paz. Disponível em: [https://mdlegis.defesa.gov.br/norma\\_resumo/?NUM=2090&ANO=2013&SER=A](https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=2090&ANO=2013&SER=A). Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 73-GM/MD**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 20 nov. 2018. Assunto: Diretriz Ministerial para Gerenciamento da Participação Brasileira em Operações de Paz sob a Égide das Nações Unidas ou de Outros Organismos Internacionais. Disponível em: [https://mdlegis.defesa.gov.br/norma\\_resumo/?NUM=73&ANO=2018&SER=A](https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_resumo/?NUM=73&ANO=2018&SER=A). Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2016c. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd\\_end.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. **Resolução 1701**. Index: S/RES/1701, onze de agosto de 2006. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/1701\(2006\)](https://undocs.org/S/RES/1701(2006)). Acesso em: 30 abr. 2021.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. **Resoluções 425 e 426**. Index: S/RES/425/426, dezenove de março de 1978. Disponível em: [https://unsco.unmissions.org/sites/default/files/s\\_res\\_4261978.pdf](https://unsco.unmissions.org/sites/default/files/s_res_4261978.pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

COSTA, Wanderley Messias da. **Brasil e a Geopolítica do Atlântico Sul**: Cooperação e Dissuasão. Videoaula do Curso de Altos Estudos em Defesa proferida em 23 jun. 2021. Escola Superior de Guerra, *Campus* Brasília.

CTF 151: counter-piracy. **Combined Maritime Forces**, 2021. Disponível em: <https://combinedmaritimeforces.com/ctf-151-counter-piracy/>. Acesso em: 13 set. 2021.

HUPALO, Mauricio Ferreira. Contribuição do Brasil às operações de paz. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, jul. 2021. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,contribuicao-do-brasil-as-operacoes-de-paz,70003791622>. Acesso em: 28 jul. 2021.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF STRATEGIC STUDIES. **IISS Strategic Comments**: Argentina steps up pressure on UK over Falklands. London, 2012.

LOPES, Michael Scheffer. O sistema de cabos submarinos de conectividade no Brasil sob a ótica da segurança marítima enquanto infraestrutura crítica de comunicação. **Hoplos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 28-50, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/49316/29652>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MARINETRAFFIC. **Marine Traffic Live Map**, 2021. Disponível em: <https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/centerx:-9.1/centery:-16.3/zoom:3>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MARINHA DO BRASIL. Fragata “Independência” realiza operação “Guinex-P”. **Marinha do Brasil**, 2021a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/fragata-independencia-realiza-operacao-guinex-i>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARINHA DO BRASIL. **Simpósio Marítimo da ZOPACAS**, 2021b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/simposiozopacas/informacoes-en>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MARTIN, Nik. Os quatro maiores gargalos do transporte marítimo mundial. **Deutsche Welle**, Berlim, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3rFtV>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MEDEIROS, Sabrina; MOREIRA, William. Maritime Co-operation among South Atlantic Countries and Repercussions for the Regional Community of Security Practice. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 281-303, 2017.

MESQUITA, João Lara. Ilhas do Atlântico Sul – histórico e importância geopolítica. **Estadão**, São Paulo, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://marsemfirm.com.br/ilhas-do-atlantico-sul-historico/#>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MODELSKI, George; THOMPSON, William. **Seapower and Global Politics**. Seattle: Univ. Washington Press, 1988.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. “The enabling Power of the oceans”. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 237-243, 2017.

SPELLER, Ian. **Understanding Naval Warfare**. New York: Taylor & Francis Group, 2014.

TELEGEOGRAPHY. **Submarine Cable Map**, 2021. Disponível em: <https://www.submarinecablemap.com/#/submarine-cable/south-atlantic-cable-system-sacs>. Acesso em: 29 jul. 2021.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4. ed. London: Routledge Taylor & Francis Group, Reino Unido, Londres, 2018.

TRADING ECONOMICS. **Trading Economics**, 2021. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/matrix>. Acesso em: 29 jul. 2021.

UNITED NATIONS. Peacekeeping Resource Hub. **Specialised Training Materials for Maritime Task Force**. New York, NY. 2017. Disponível em: <https://research.un.org/en/peacekeeping-community/training/STM/MaritimeTaskForceUnits>. Acesso em: 24 mar. 2021.

UNITED NATIONS. **United Nations Interim Force in Lebanon**, 2021. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>. Acesso em: 30 abr. 2021.